

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

Césio-137: acidente em Goiânia deixou lições que continuam orientando a proteção a trabalhadores expostos à radiação

O acidente ocorreu em setembro de 1987, quando uma cápsula contendo Césio-137 foi retirada de um aparelho de radioterapia abandonado em uma clínica desativada. Sem conhecimento dos riscos envolvidos, pessoas manusearam o material radioativo, que se espalhou por diversos locais, provocando uma emergência sanitária de grandes proporções.

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Amaury Rodrigues Pinto Junior, o episódio evidenciou falhas institucionais e desconhecimento dos riscos. “O caso foi emblemático e gerou modificações na legislação nacional”, afirma. Uma delas é a Lei 10.308/2001, que passou a disciplinar o destino final e as responsabilidades sobre os rejeitos radioativos no país. Na avaliação do diretor-presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), Alessandro Facure, o principal legado do acidente foi uma mudança profunda na cultura de segurança radiológica. “Consolidou-se o entendimento de que a segurança depende de mecanismos permanentes de controle ao longo de todo o ciclo de vida das fontes radioativas”, explica.

Desde então, foram ampliadas as exigências relacionadas ao licenciamento de instalações, rastreabilidade de fontes radioativas, armazenamento, transporte, monitoramento individual de trabalhadores, qualificação profissional e preparação para emergências.

A evolução da segurança radiológica também foi influenciada por acidentes internacionais, como os de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, e Fukushima, no Japão, em 2011. Segundo a ANSN, esses episódios reforçaram a importância da cultura de segurança, da transparência institucional, da preparação para emergências e da revisão contínua dos sistemas de proteção. De acordo com Facure, a principal lição desses acidentes é que a segurança não é uma condição permanente. Quase 40 anos após o Césio-137, o consenso técnico e jurídico é que mitigar os riscos da radiação exige atenção contínua. Segundo Amaury Rodrigues, a experiência nacional demonstra que a eficácia das regras depende dessa postura coletiva. “A aplicação das normas de segurança e saúde no trabalho exige vigilância permanente dos atores sociais envolvidos e uma postura bastante rigorosa por parte da Justiça do Trabalho”, conclui.

Internet: <tst.jus.br> (com adaptações).

Em relação às ideias do texto e à estrutura textual, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto é predominantemente injuntivo, uma vez que apresenta orientações acerca da proteção de profissionais expostos à radiação.
- 2 A citação direta de Amaury Rodrigues, “A aplicação das normas de segurança e saúde no trabalho exige vigilância permanente dos atores sociais envolvidos e uma postura bastante rigorosa por parte da Justiça do Trabalho”, tem como objetivo reforçar a credibilidade da informação.
- 3 A referência aos acidentes de Chernobyl e Fukushima, “A evolução da segurança radiológica também foi influenciada por acidentes internacionais, como os de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, e Fukushima, no Japão, em 2011.”, tem como finalidade principal deslocar o eixo temático do texto do acidente com o Césio-137 para uma comparação histórica entre desastres nucleares, razão pela qual a conclusão deixa de se fundamentar na experiência brasileira.
- 4 A ideia de Facure, “a principal lição desses acidentes é que a segurança não é uma condição permanente.”, é reforçada pela linha cronológica apresentada ao longo do texto.
- 5 Infere-se do texto que os agentes envolvidos na segurança nuclear não conseguem, isoladamente, assegurar a proteção.

A respeito dos aspectos linguísticos e do vocabulário empregado no texto, julgue os itens seguintes.

- 6 No trecho “Sem conhecimento dos riscos envolvidos, pessoas manusearam o material radioativo, que se espalhou por diversos locais, provocando uma emergência sanitária de grandes proporções.”, o pronome “que” poderia ser substituído por **onde**, uma vez que introduz uma construção que denota sentido de lugar.
- 7 Nos trechos “Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Amaury Rodrigues Pinto Junior, o episódio evidenciou falhas institucionais e desconhecimento dos riscos.” e “Na avaliação do diretor-presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), Alessandro Facure, o principal legado do acidente foi uma mudança profunda na cultura de segurança radiológica.”, os nomes “Amaury Rodrigues Pinto Junior” e “Alessandro Facure” exercem a função de aposto, sendo ambos classificados da mesma forma.

- 8 A oração reduzida de gerúndio “provocando uma emergência sanitária de grandes proporções” exprime, no contexto, consequência do espalhamento do material radioativo, podendo ser desenvolvida, sem alteração substancial do sentido original do texto, para **de modo que provocou uma emergência sanitária de grandes proporções**.
- 9 No trecho “o consenso técnico e jurídico é que mitigar os riscos da radiação exige atenção contínua.”, a oração “que mitigar os riscos da radiação exige atenção contínua” exerce a função de predicativo do sujeito.
- 10 No trecho “Consolidou-se o entendimento de que a segurança depende de mecanismos permanentes de controle ao longo de todo o ciclo de vida das fontes radioativas.”, caso a palavra “entendimento” fosse substituída por **orientações**, as formas verbais “consolidou” e “depende” deveriam ser flexionadas no plural.
- 11 No trecho “Segundo a ANSN, esses episódios reforçaram a importância da cultura de segurança, da transparência institucional, da preparação para emergências e da revisão contínua dos sistemas de proteção”, a repetição da preposição “de” é justificada pelo paralelismo sintático dos complementos nominais.
- 12 No trecho “A aplicação das normas de segurança e saúde no trabalho exige vigilância permanente dos atores sociais envolvidos e uma postura bastante rigorosa por parte da Justiça do Trabalho”, o termo “Justiça do Trabalho” expressa uma metonímia, que representa as instituições e os seus agentes.
- 13 O trecho “o consenso técnico e jurídico é que mitigar os riscos da radiação exige atenção contínua.” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Segundo consenso técnico e jurídico, para atenuar os riscos da radiação, exige-se à atenção contínua.**
- 14 No trecho “Desde então, foram ampliadas as exigências relacionadas ao licenciamento de instalações, rastreabilidade de fontes radioativas, armazenamento, transporte, monitoramento individual de trabalhadores, qualificação profissional e preparação para emergências.”, as ocorrências da vírgula são justificadas para separar termos que exercem a mesma função sintática.

Bruno e Vinícius eram os principais batedores de pênalti de um time. Em cada cobrança, Bruno tinha 80% de probabilidade de marcar gol, enquanto Vinícius tinha 75% de probabilidade de marcar gol. Considere-se que os resultados das cobranças sejam independentes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 15 Caso Bruno e Vinícius cobrem um pênalti cada um, a probabilidade de ambos errarem as suas cobranças será igual a 10%.
- 16 Caso Bruno cobre dois pênaltis, a probabilidade de ele marcar gol em exatamente uma das cobranças será igual a 32%.

- 17 Caso Bruno e Vinícius cobrem um pênalti cada um, a probabilidade de ambos terem o mesmo resultado, isto é, ambos marcarem gol ou ambos errarem, será igual a 65%.
- 18 Caso Vinícius cobre dois pênaltis, a probabilidade de ele errar, pelo menos, uma das cobranças será igual a 25%.

Durante 15 manhãs, Adolfo registrou a quantidade de pombos que pousaram no pátio de um prédio. Os registros, em ordem de anotação, foram os seguintes: 11; 10; 12; 8; 10; 13; 14; 10; 9; 11; 12; 10; 13; 12; e 10.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 19 A média da quantidade de pombos registrados por manhã foi igual a 11.
- 20 A mediana da quantidade de pombos registrados por manhã foi igual a 12.
- 21 A moda da quantidade de pombos registrados por manhã foi igual a 12.
- 22 Caso Adolfo fizesse um novo registro no dia seguinte e observasse exatamente 42 pombos, a média dos registros passaria a ser igual a 13 pombos por manhã.

Em uma estufa de plantas carnívoras, Gael cuidava das dioneias, que precisavam ser regadas a cada 16 dias, e Laura cuidava das nepentes, que precisavam ser regadas a cada 28 dias. Em uma segunda-feira, as duas espécies foram regadas no mesmo dia.

Com base nessa situação hipotética e considerando a manutenção dessa rotina, julgue os itens a seguir.

- 23 A próxima data em que as dioneias e as nepentes serão regadas no mesmo dia ocorrerá 112 dias após a segunda-feira mencionada.
- 24 A próxima data em que as duas espécies serão regadas no mesmo dia também será uma segunda-feira.
- 25 Antes da próxima data em que as duas espécies serão regadas no mesmo dia, Gael terá regado as dioneias exatamente 7 vezes após a data inicial.
- 26 No período de 1 ano, contado a partir da data inicial, incluindo-se a própria data inicial, haverá 4 datas em que as duas espécies serão regadas no mesmo dia.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação ao Microsoft Excel 365, ao sistema operacional iOS e aos sites de busca, julgue os itens a seguir.

- 27 No Microsoft Excel 365, uma Tabela (Tabela do Excel) expande automaticamente o seu intervalo quando novos registros são inseridos em linhas imediatamente abaixo da última linha da tabela, permitindo que fórmulas e referências estruturadas sejam atualizadas de forma consistente.
- 28 No Excel 365, a função SEERRO() permite substituir o valor retornado por uma fórmula quando esta resulta em erro, como #DIV/0! ou #N/D.
- 29 No iOS, o fechamento manual de aplicativos em segundo plano é um procedimento obrigatório para que o sistema consiga liberar memória e manter o desempenho adequado do dispositivo.

- 30** Uma página da web cujo conteúdo foi atualizado recentemente será imediatamente reindexada por todos os mecanismos de busca, passando a refletir as alterações nos resultados de pesquisa, assim que o usuário executar uma nova consulta.
- 31** Em mecanismos de busca, a utilização do operador `site:` restringe a pesquisa ao domínio ou subdomínio informado, permitindo localizar conteúdos indexados apenas dentro desse escopo.

No que se refere aos conceitos de redes de computadores, ao OneDrive e aos conceitos de computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 32** Em uma rede TCP/IP, dispositivos pertencentes à mesma sub-rede podem comunicar-se diretamente sem a necessidade de encaminhamento por um roteador, desde que não haja restrições impostas por configurações de segurança.
- 33** O protocolo DHCP atribui automaticamente endereços IP aos dispositivos de uma rede, mas não pode fornecer informações como *gateway* padrão e servidores DNS.
- 34** Quando um arquivo é compartilhado pelo OneDrive com permissão de edição, qualquer usuário que receba o link passa, automaticamente, a ser proprietário do arquivo compartilhado.
- 35** Na computação em nuvem, o modelo Infraestrutura como Serviço (IaaS) fornece recursos computacionais, como máquinas virtuais, armazenamento e redes, enquanto o gerenciamento do sistema operacional e das aplicações permanece, em regra, sob responsabilidade do cliente.
- 36** Na computação em nuvem, a característica de *multitenancy* (multilocação) determina que cada cliente utilize obrigatoriamente servidores físicos exclusivos, garantindo o isolamento entre os ambientes hospedados.

No que diz respeito à política mundial atual e aos seus desdobramentos eleitorais, julgue os itens a seguir.

- 37** No Peru, a mais recente eleição para presidente foi acompanhada por ameaças de contestação do resultado durante a apuração, mas o candidato conservador reconheceu a derrota para o candidato progressista.
- 38** O uso indevido de ferramentas generativas facilita a criação em massa de desinformação, permitindo a geração rápida de *deepfakes* de voz e vídeo hiper-realistas, além de minar a confiança do público nas instituições.
- 39** Na Colômbia, após a contagem final dos votos ou o chamado escrutínio, o resultado da eleição presidencial foi confirmado para o candidato apoiado por Donald Trump.
- 40** Em Israel, o partido do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, anunciou que o premiê não participará das próximas eleições do país.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da estrutura e da organização do Sistema CONTER/CRTR, julgue os itens a seguir.

- 41 A missão do CONTER é regular o, exercício profissional, por meio da normatização, da supervisão dos Conselhos Regionais e da representação sindical.
- 42 Para o CONTER, a transparência, o respeito, a credibilidade, e a ética profissional estão entre seus valores institucionais.
- 43 A visão do Sistema CONTER/CRTR consiste em ser reconhecido, pelos profissionais das técnicas radiológicas e pela sociedade, pelo compromisso com a qualidade institucional e com o fortalecimento da profissão.

Com base no Regimento Interno do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) – Resolução CONTER nº 14/2025 –, julgue os itens seguintes.

- 44 Entre as atribuições do CONTER, está a promoção do aperfeiçoamento técnico, ético e moral com a oferta direta de cursos de formação superior e técnica para os profissionais das técnicas radiológicas.
- 45 Compete ao CONTER, em suas atribuições, em caso de verificados desvio de finalidade ou alguma irregularidade, realizar fiscalização e auditoria para que possam ser tomadas todas as medidas legais cabíveis.
- 46 Os Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia (CRTRs) têm autonomia para regulamentar o exercício profissional em suas jurisdições, independentemente do CONTER.

O Decreto nº 92.790/1986 regulamenta a Lei nº 7.394/1985, que trata do exercício da profissão de técnico em radiologia. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 47 A elegibilidade ao cargo de conselheiro do CONTER está condicionada aos requisitos previstos na legislação, dentre os quais figuram a inscrição definitiva há mais de cinco anos, sendo vedado o exercício simultâneo nos Conselhos Regional e Nacional.
- 48 O mandato dos membros do Conselho Nacional é de dois anos, enquanto que, para o Conselho Regional, é de quatro anos.
- 49 Suponha-se que, a partir da avaliação de documentos, foi provado que o diretor-secretário do CONTER não estava cumprindo com os deveres cabíveis à sua função. Nesse caso, é correto afirmar que a destituição da função do diretor, a partir de votação de dois terços dos conselheiros efetivos, pode acontecer a qualquer momento.
- 50 A diretoria do CONTER será eleita por conselheiros efetivos e terá, em sua formação, um presidente, um vice-presidente, um secretário, e um tesoureiro, eleitos entre os conselheiros efetivos.

Acerca da Lei nº 7.394/1985, julgue os itens a seguir.

- 51 Os diplomas ou certificados emitidos por escolas técnicas de radiologia devem ser reconhecidos pelo MEC e devem ter validade estadual.
- 52 O piso salarial do profissional das técnicas radiológicas é de dois salários mínimos, com o acréscimo de 20% relativos à insalubridade.
- 53 Os profissionais das técnicas radiológicas devem cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais, podendo ser reduzida a 24 horas, desde que o profissional atue em mais de um serviço de saúde.

À luz da Lei nº 10.508/2002, que regulamenta o exercício da profissão de técnico em radiologia, julgue o item seguinte.

- 54 Para o exercício legal da profissão, é necessário possuir certificado de conclusão do ensino médio e ter formação profissional mínima de nível técnico em radiologia.

No que diz respeito à Resolução CONTER nº 15/2011, que trata do Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas, julgue os itens a seguir.

- 55 Suponha-se que um profissional das técnicas radiológicas passou a registrar casos clínicos, imagens de pacientes e resultados de exames para divulgação em suas redes sociais. Em uma das publicações, as informações permitiram que o paciente fosse identificado. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta desse profissional é caracterizada como infração ética.
- 56 É facultado ao tecnólogo, ao técnico ou ao auxiliar em radiologia posicionar-se contrariamente aos interesses coletivos da categoria profissional, quando essa posição puder resultar em vantagem pessoal ou benefício particular.

Segundo a Resolução nº 14/2019, que versa a respeito do registro profissional dos técnicos e tecnólogos em radiologia, julgue o item seguinte.

- 57 Para a obtenção do registro junto ao Conselho de Radiologia, os tecnólogos ou técnicos em radiologia devem apresentar o diploma ou o certificado de conclusão de curso que tenha sido expedido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

À luz da Resolução CONTER nº 14/2025, que trata da reformulação do Regimento Interno, julgue o item a seguir.

- 58 A diretoria executiva do CONTER terá mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução de mandato para qualquer um dos cargos da diretoria.

O Código de Ética e Disciplina dos Empregados do Sistema CONTER/CRTR foi criado pela Resolução CONTER nº 2/2021, que versa a respeito dos direitos, dos deveres e das infrações dos profissionais ligados ao Sistema. Com base nessa informação, julgue o item seguinte.

- 59 O funcionário do Sistema deve honrar por sua idoneidade e, a ele, é vedado: utilização de vantagens do cargo assumido para obter informações privilegiadas; abuso de poder; práticas autoritárias para si, para outras pessoas, e para as entidades públicas ou privadas.

Os serviços de radiologia, bem como os seus profissionais, hoje, têm disponível uma cartilha de orientações cujo objetivo é a padronização do *modus operandi* a ser adotado durante as fiscalizações. A partir dessa informação, julgue o item a seguir, a respeito do termo de visita.

- 60 É um documento que traz um panorama da instituição nos aspectos estruturais de proteção radiológica, sendo preenchido exclusivamente pelo fiscal.

A respeito da estrutura e da organização do Sistema CONTER/CRTR, julgue os itens a seguir.

- 61** O CONTER é uma autarquia jurídica, com função fiscalizatória, responsável pela representação sindical dos profissionais das técnicas radiológicas.
- 62** Entre os objetivos institucionais do CONTER, destaca-se a regulamentação do exercício profissional das técnicas radiológicas, por meio da criação de normas e pelo acompanhamento das atividades desempenhadas pelos Conselhos Regionais.

A respeito da composição e das atribuições do Sistema CONTER/CRTRs, descritos na Resolução nº 14/2025, julgue os itens a seguir.

- 63** O corpo de conselheiros do CONTER tem composição fixa, formada de membros efetivos e suplentes, responsáveis por exercerem as suas atribuições junto ao Sistema CONTER/CRTR em consonância aos princípios éticos, à dignidade profissional e à valorização da profissão.
- 64** As atribuições do secretário do CONTER são: substituir o presidente em caso de morte, renúncia ou impedimento; exercer, de forma cumulativa, a posição de tesoureiro em caso de ausências, licenças e afastamentos, morte, renúncia ou impedimento. Em ambas as situações, as funções serão exercidas até a realização de novas eleições e a posse dos respectivos sucessores.

Acerca do Decreto nº 92.790/1986, julgue o item a seguir.

- 65** Os Conselhos Regionais fazem a indicação de um conselheiro titular e de um suplente para compor o Conselho Nacional sem a necessidade de processo eleitoral.

A respeito da cartilha de fiscalização, julgue o item a seguir.

- 66** O termo de visita é um instrumento utilizado pela fiscalização que permite fazer um mapeamento geral da instituição que está sob fiscalização, tanto no que se refere à estrutura do serviço, quanto no que diz respeito às condições de proteção radiológica. É indispensável que ele seja preenchido pelo fiscal e pelo supervisor do local, sendo que uma cópia deve ser entregue à instituição que foi fiscalizada, e a outra cópia deve ser encaminhada ao presidente da coordenação regional de fiscalização (COREFI), com o relatório anexo.

À luz da Lei nº 7.394/1985 e do Decreto nº 92.790/1986, julgue os itens seguintes.

- 67** Com base na Lei nº 7.394/1985, o profissional das técnicas radiológicas terá como direito adquirido o recebimento de adicional de periculosidade correspondente a 20% sobre o salário da região.
- 68** Nos termos do Decreto nº 92.790/1986, as atividades do profissional das técnicas radiológicas serão supervisionadas por um físico médico ou por um médico radiologista.

Acerca da Resolução CONTER nº 15/2011, julgue o item a seguir.

- 69** Independentemente da condição do paciente (posição social; raça; e(ou) gênero), o tecnólogo, o técnico e o auxiliar de radiologia, no desempenho de suas atividades profissionais, devem respeitar integralmente a sua dignidade, verificando as possibilidades de adaptação de cada um e atendê-los com restrição.

A respeito do Código de Ética e Disciplina dos Empregados do Sistema CONTER/CRTR, que integra a Resolução CONTER nº 2/2021, julgue o item seguinte, a respeito dos direitos dos funcionários.

- 70** O profissional das técnicas radiológicas deve estar em um ambiente que ajude a preservar a sua integridade física, moral, mental e psicológica.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nos princípios fundamentais, nos direitos e nas garantias individuais e nas normas que regem a Administração Pública e a fiscalização contábil na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 71** Conforme o princípio da independência nacional presente no art. 4º, I, da Constituição Federal de 1988, o Brasil não é obrigado a se submeter à decisão de tribunal internacional, ainda que decorrente de tratado internacional do qual faça parte.
- 72** No âmbito de uma investigação por uso indevido de recursos públicos, uma organização não governamental (ONG) não será submetida ao julgamento de contas pelo Tribunal de Contas da União, uma vez que ela possui natureza jurídica privada.
- 73** A proteção constitucional à coisa julgada prevalece sobre a eficácia retroativa de inovações legislativas penais, de modo que a desconstituição de sanções definitivas é vedada pelo ordenamento, ainda que a norma superveniente promova a descriminalização da conduta anteriormente apenada.

No que se refere à classificação das companhias, aos direitos dos acionistas e aos crimes contra o mercado de capitais, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/2001, julgue os itens seguintes.

- 74** A definição de uma empresa como companhia aberta decorre do fato de seus valores mobiliários de emissão serem negociados no mercado de valores mobiliários. A validade dessas negociações depende, obrigatoriamente, do prévio registro da instituição na comissão de valores mobiliários (CVM).
- 75** Suponha-se que uma companhia aberta sempre possuiu, desde antes da publicação da Lei nº 10.303/2001, 2/3 de seu capital social composto de ações preferenciais. Nesse caso, é correto afirmar que a referida companhia está, atualmente, impedida legalmente de realizar novas emissões de ações preferenciais enquanto não reduzir essa proporção para o limite de 50% do total de ações emitidas.
- 76** A legislação determina que, no caso de estatuto omissivo quanto à distribuição de resultados para os acionistas, o dividendo obrigatório deve equivaler a, pelo menos, 50% do lucro líquido do exercício ajustados à reserva legal, à reserva para contingências e aos lucros a realizar.
- 77** O pagamento do dividendo obrigatório pode ser restrito ao montante do lucro líquido financeiramente realizado no período, sendo permitido que a assembleia geral destine a parcela excedente para a formação de uma reserva de lucros a realizar.

Com relação ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), conforme a Lei Complementar nº 123/2006, julgue o item a seguir.

- 78** O regime diferenciado para as MEs e as EPPs permite que restrições na regularidade fiscal e trabalhista sejam saneadas após a declaração de vitória em licitações públicas, vinculando a comprovação da regularidade apenas ao ato de assinatura do contrato.

À luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 –, julgue os itens seguintes.

- 79** Conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, as licitações em órgãos públicos devem ser realizadas preferencialmente em sessão pública, a qual deve ser registrada de forma eletrônica, mediante a utilização de recursos de áudio e vídeo para assegurar a transparência dos atos.
- 80** A legislação permite que o orçamento estimado de uma licitação seja mantido em sigilo, desde que a decisão seja motivada e não impeça os participantes de acessarem as quantidades e os dados técnicos necessários para a elaboração das propostas.
- 81** O Poder Público pode vedar a compra de uma marca ou de um produto específico em licitações públicas caso fique comprovado, em processo administrativo, que fornecimentos anteriores daquele item não atenderam às exigências técnicas necessárias para o cumprimento de obrigação contratual.
- 82** A sanção aplicada por atos irregulares com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação impede o infrator de licitar ou contratar com todos os órgãos e as entidades do ente federativo que aplicou a penalidade, por prazo mínimo de três anos.

Com base na Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, julgue os itens a seguir.

- 83** Para fins de transparência e demonstração de recursos livres para investimento, a legislação permite que receitas e despesas constem na lei de orçamento por seus valores líquidos, autorizando a dedução de custos operacionais no registro desses montantes.
- 84** Suponha-se que um Conselho Regional, ao gerir um contrato de prestação de serviços de natureza continuada cujos valores mensais variavam conforme a demanda, tenha formalizado as notas de empenho simultaneamente à prestação dos serviços. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento foi regular, pois a legislação financeira admite a flexibilização do requisito de anterioridade do empenho para gastos de quantificação incerta na modalidade por estimativa.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/200 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) –, julgue os itens seguintes.

- 85** Suponha-se que uma lei municipal de reestruturação de carreiras, que resultaria em aumento de despesa com pessoal, tenha sido sancionada e publicada no mês de agosto do último ano de mandato do prefeito. Nesse caso, é correto afirmar que o referido ato é nulo de pleno direito.
- 86** À luz da LRF, a criação de despesa pública deve ser instruída com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e com a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio, mesmo que a sua execução se limite ao exercício corrente.
- 87** A LRF estabelece que a denúncia oriunda de cidadãos sobre irregularidades fiscais segue um rito processual hierárquico, com o Tribunal de Contas sendo o ente responsável por receber e analisar a denúncia e, quando julgar devido, encaminhá-la ao Ministério Público.

Com base nas normas de parcelamento, na remissão de débitos tributários e nas repercussões penais estabelecidas na Lei nº 11.941/2009, julgue os itens a seguir.

- 88** De acordo com a legislação, na hipótese de um acordo de parcelamento efetuado por um agente sobre suas dívidas tributárias, a pretensão punitiva do Estado em relação a seus crimes contra a ordem tributária oriundos das referidas dívidas ficará suspensa somente se o parcelamento dos débitos não for rescindido por inadimplemento.
- 89** O regime de parcelamento de dívidas tributárias federais veda a indicação seletiva de pendências, vinculando a concessão do benefício fiscal à consolidação de todos os débitos da mesma espécie existentes na data do requerimento.
- 90** Suponha-se que um contribuinte possuísse, em 31 de dezembro de 2007, débitos de R\$ 8.000 na dívida ativa da União e de R\$ 4.000 na Receita Federal, ambos vencidos há 8 anos. Nesse caso, é correto afirmar que, segundo a Lei, a remissão seria vedada, visto que o montante das dívidas excedia o limite de R\$ 10.000 permitido no programa.

Quanto às leis constitucionais acerca do orçamento, da fiscalização financeira e das normas que regem as finanças públicas, julgue os itens a seguir.

- 91** No modelo orçamentário brasileiro, a estimativa de arrecadação e a estipulação de gastos são matérias reservadas à lei orçamentária anual (LOA), cabendo à lei de diretrizes orçamentárias a função de balizar o planejamento mediante o estabelecimento de metas e prioridades.
- 92** Suponha-se que, visando atender a uma situação de calamidade pública urgente, o presidente da República tenha editado uma medida provisória para a abertura de um crédito extraordinário no mês de novembro. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com as normas constitucionais, esse crédito terá a sua vigência limitada estritamente ao exercício financeiro de sua autorização, para não ferir o princípio da anualidade orçamentária.
- 93** A disciplina constitucional dos recursos repassados aos poderes exige que eventuais sobras financeiras apuradas no fim do ano sejam restituídas ao caixa único do Tesouro, sendo a devolução integral desses valores o requisito para a regularidade do encerramento do exercício.
- 94** No fluxo do planejamento federal, parlamentares estruturam a proposta técnica da LOA, submetendo o texto ao crivo da comissão mista e à aprovação dos plenários das duas Casas antes do envio para sanção presidencial.

No que diz respeito às normas brasileiras de auditoria interna e independente, julgue os itens seguintes.

- 95** Um dos propósitos da auditoria interna é o incremento do valor nos resultados da entidade, cabendo ao auditor auxiliar a gestão no combate a equívocos e atos fraudulentos, inclusive com o dever de comunicar reservadamente e por escrito à autoridade competente a existência de suspeitas de condutas irregulares.
- 96** Em regra, nos processos de auditoria externa, a fidedignidade de subsídios colhidos pelo auditor junto a terceiros independentes da entidade auditada detém maior peso probatório do que as informações geradas pela própria estrutura administrativa da entidade.
- 97** As normas de auditoria determinam que a ausência de registros formalizados ou de instâncias departamentais específicas para os componentes de controle caracteriza a insuficiência do sistema, dado o caráter essencial desses componentes.

No que se refere aos princípios, à estrutura e ao processo de identificação, análise e avaliação de riscos das normas de gestão de riscos presentes na norma NBR ISO 31000:2018, julgue o item a seguir.

- 98** No fluxo de gestão, a avaliação de riscos subsidia a tomada de decisão ao confrontar os resultados analíticos com os critérios estabelecidos pela norma, cujo nível de divergência determina o nível de intervenção necessário.

Com base na Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – e no Decreto nº 11.129/2022, que a regulamenta e trata a respeito da implementação de programas de integridade, julgue os itens seguintes.

- 99** Suponha-se que, visando à estabilidade processual, uma fundação privada tenha estabelecido que o seu código de ética e políticas de integridade vigiriam por dez anos sem alterações. Nesse caso, segundo o Decreto nº 11.129/2022, é correto afirmar que tal medida promove melhoria na estabilidade do programa de compliance.
- 100** No âmbito do regime de responsabilização de pessoas jurídicas, a adoção de mecanismos internos de integridade por parte da gestão de uma empresa permite a ela atenuar sanções pecuniárias, desde que a implementação do referido programa tenha ocorrido em momento anterior à prática do ato lesivo investigado e sancionado.
- 101** Em processos de fusão entre empresas, a responsabilidade da sucessora pelo pagamento de multas e danos da empresa anterior fica limitada ao valor do patrimônio transferido, não permitindo a Lei nº 12.846/2013 que esse limite seja ultrapassado, mesmo que haja indícios de que a operação tenha ocorrido para esconder irregularidades.
- 102** No Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União possui atribuição para iniciar, de modo concorrente aos ministérios, o rito administrativo punitivo contra empresas envolvidas em condutas lesivas contra a Administração Pública.
- 103** Conforme a Lei Anticorrupção, a responsabilidade de pessoas jurídicas estrangeiras com representação no Brasil abrange infrações relacionadas à inadiplência ou às falhas no recolhimento de tributos, sendo tais condutas tipificadas como atos lesivos à Administração Pública.

No que concerne às normas de organização, às atribuições e aos princípios de racionalização dos sistemas de controle interno dos poderes da União, julgue o item a seguir.

- 104** No âmbito do Poder Executivo federal, a realização de avaliações técnicas destinadas a mensurar o grau de alcance das metas fixadas no plano plurianual constitui tarefa da Secretaria Federal de Controle Interno.

No que se refere às normas a respeito da organização, do funcionamento e das atribuições das unidades de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário, em conformidade com a Resolução CNJ nº 308/2020, julgue os itens seguintes.

- 105** No modelo de organização do Poder Judiciário, a unidade de auditoria interna de um tribunal pode ser subordinada a órgãos de assessoramento da presidência, desde que seja assegurada ao referido órgão a condução integral das tarefas de controle de atribuição do presidente.
- 106** No Poder Judiciário, a autoridade máxima de um tribunal possui a prerrogativa de realizar a substituição do titular da unidade de auditoria interna a qualquer tempo, de forma monocrática, desde que seja verificada a existência de indícios de atos lesivos ou de improbidade administrativa por parte do titular da unidade.

Com base nos conceitos de matemática financeira, julgue os itens a seguir.

- 107** A aplicação de um capital de R\$ 2.500, pelo prazo de cinco anos e à taxa de 10% ao ano, resultará em um montante de R\$ 3.750, sob o regime de juros simples, e de R\$ 4.026,28, sob o regime de juros compostos.
- 108** Suponha-se que haja uma aplicação financeira negociada a uma taxa nominal de 20% ao ano, com capitalização trimestral. Nesse caso, é correto afirmar que a taxa efetiva anual dessa aplicação será de 21,55%.
- 109** Suponha-se que um título, com valor nominal de R\$ 2.000, apresente vencimento que ocorrerá em quatro meses. Nesse caso, é correto afirmar que, se esse título for descontado hoje, sob o regime de juros simples à taxa de 5% ao mês, o valor do desconto comercial simples será de R\$ 400.
- 110** Na sistemática de equivalência de capitais, a substituição de 3 dívidas de R\$ 1.000 cada, com vencimentos ao final dos meses 2, 3 e 4, por um pagamento único no 6º mês, totalizaria R\$ 3.090, considerando a taxa de juros compostos de 1% ao mês.
- 111** No Sistema Francês de Amortização (tabela Price), cujas prestações são fixas e periódicas, a parcela destinada à amortização do capital cresce a cada período, segundo uma progressão aritmética de razão igual a $(1 + i)$.
- 112** Em uma análise de investimentos com horizonte de 12 meses, um projeto que apresente taxa interna de retorno (TIR) de 4% ao mês e *payback* de 10 meses é financeiramente superior a um projeto com TIR de 2% ao mês e *payback* de 8 meses.

No que concerne à Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – Lei nº 8.443/1992 –, julgue os itens seguintes.

- 113** No regime de controle externo da União, a identificação de falhas na aplicação de repasses federais requer que a autoridade administrativa estabeleça um prazo para a regularização da pendência antes de proceder à instauração da tomada de contas especial.
- 114** No rito de julgamento de contas do Tribunal de Contas da União, a apresentação tempestiva de recurso de reconsideração suspende a obrigatoriedade de recolhimento de multas e débitos até que a Corte se manifeste sobre a peça recursal.
- 115** No regime jurídico do controle externo federal, a deliberação do Tribunal de Contas da União, em resposta à consulta formulada por autoridade competente, possui caráter orientador, não constituindo pré-julgamento da tese nem possuindo força vinculante sobre a Administração.

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 116** Suponha-se que uma clínica de nutrição, para a elaboração de planos alimentares personalizados, tenha solicitado que o paciente informasse, em seu prontuário eletrônico, a existência ou não de diabetes. Nesse caso, é correto afirmar que, à luz da LGPD, tal informação deverá ser, obrigatoriamente, enquadrada na categoria de dado pessoal sensível.
- 117** Suponha-se que uma multinacional de *streaming* que opera no Brasil colete dados de usuários, com o intuito de oferecer serviços personalizados. Nesse caso, é correto afirmar que o tratamento dessas informações não se sujeita à LGPD, dado que a operação e a origem da oferta dos serviços ocorreram fora do território nacional.

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992 –, julgue os itens seguintes.

- 118** No âmbito de uma ação de improbidade administrativa, equívocos burocráticos ou falhas operacionais no exercício da função são insuficientes para fundamentar condenação, exigindo-se a comprovação da intenção de cometer ato ilícito.
- 119** Suponha-se que um agente público em exercício no CONTER se recuse, injustificadamente, a apresentar a atualização anual de sua declaração de imposto de renda ao setor de gestão de pessoas do Conselho dentro do prazo regulamentar exigido. Nesse caso, é correto afirmar que o referido agente estará sujeito à penalidade de demissão.
- 120** No rito da ação de improbidade administrativa, a inércia do réu em apresentar contestação acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, conforme a sistemática subsidiária prevista no rito processual.



ANOTAÇÕES

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

No ordenamento jurídico brasileiro, a integridade da coisa pública manifesta-se por meio da rigorosa fiscalização contábil, financeira e patrimonial de todas as entidades que compõem a Administração. Esse sistema de controle, operado de forma harmônica entre o controle externo e o sistema de controle interno de cada Poder, visa garantir que a gestão dos recursos observe os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade. Assim, consolida-se o preceito republicano de que o dever de prestar contas é universal, alcançando qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre dinheiros, bens e valores públicos, respondendo pela transparência e correta destinação do patrimônio estatal.

Constituição Federal de 1988 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A importância da auditoria e do controle na Administração Pública

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) fundamentos constitucionais do dever de prestar contas na Administração Pública;
- b) gestão de riscos e compliance como instrumentos de prevenção de atos lesivos e fraudes; e
- c) papel da auditoria interna na agregação de valor aos resultados institucionais.